

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Banco Rodobens

1º Trimestre 2015



INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por objetivo apresentar as informações do Banco Rodobens para atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil, através da Circular 3.678, de 31/10/2013, que dispõe sobre a divulgação de informações de natureza qualitativa e quantitativa relativas à Gestão de Riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

A Diretoria do Banco Rodobens, por delegação do Conselho de Administração, é responsável pela condução dos negócios, pela divulgação das demonstrações financeiras, pela compreensão dos riscos que possam impactar o capital, pelo acompanhamento contínuo das atividades de gerenciamento de riscos e pela divulgação das informações sobre o gerenciamento de riscos.

PERFIL DO BANCO

Vinculado ao Grupo Rodobens, que possui mais de 60 anos de tradição e experiência no mercado de veículos desde a sua fundação.

O Banco Rodobens é um Banco Múltiplo, autorizado a operar na carteira comercial, carteira de crédito, financiamento e investimento e de Leasing, atuando no financiamento de automóveis e veículos comerciais, oriundos de revendas próprias das marcas Toyota, Mercedes Benz e Hyundai, bem como no financiamento às construtoras para término de obra, através do produto Plano Empresário.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos é considerada pelo Banco Rodobens um instrumento essencial para tomada de decisão, para o acompanhamento do desempenho dos negócios, para a geração de valor ao Banco e aos acionistas, com a definição de estratégias e objetivos para atingir o equilíbrio entre as metas de crescimento orçamentárias, o retorno de investimentos e os riscos associados ao negócio.

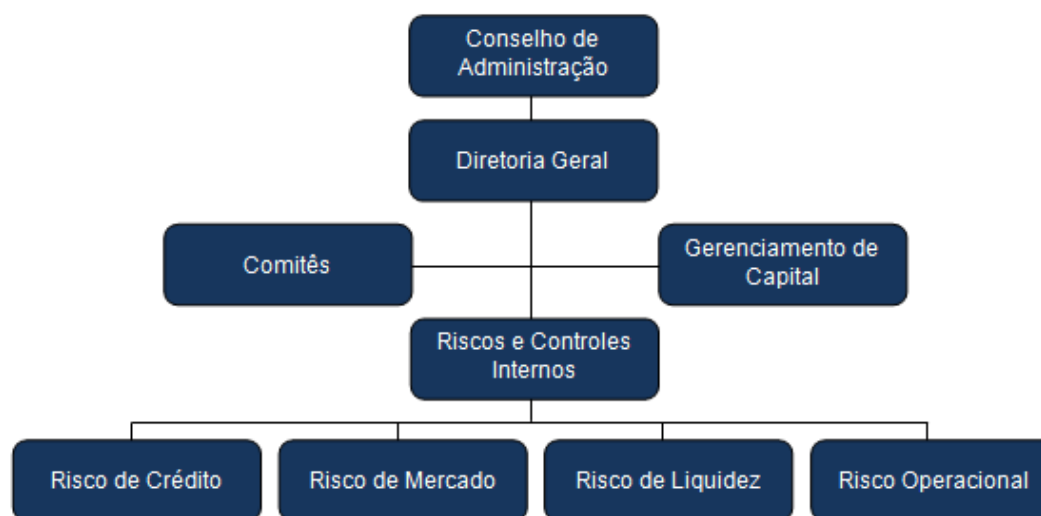
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Rodobens atende as regulamentações do Banco Central do Brasil, alinhada as melhores práticas de mercado e está habilitada para medir, monitorar e mitigar a exposição aos riscos, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações.

O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional é realizado pela área de Riscos e Controles Internos, com reporte à Diretoria Geral e segregada das áreas de negociação (tomadoras de risco), visando assegurar que os riscos sejam administrados de forma independente e de acordo com as políticas internas e a legislação em vigor.

A Instituição dispõe do Comitê de Riscos Corporativo, que tem por objetivo dar tratamento aos principais pontos de riscos nos processos, de forma a assessorar a Administração na gestão de riscos.

O Comitê de Gestão tem em sua pauta permanente o gerenciamento de riscos, com a atribuição de monitorar os principais indicadores de exposição e deliberar sobre os assuntos sob sua alçada, de acordo com o grau de relevância e impacto do tema, garantindo o alinhamento da gestão de riscos à estratégia do negócio.



RISCO DE CRÉDITO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, define-se o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- (I) o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- (II) o risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do País onde localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- (III) a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- (IV) a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

POLÍTICA

As políticas relacionadas ao processo de concessão de crédito e de cobrança consideram as características e perfil de clientes Rodobens ou seja, clientes que estabelecem relacionamento com as diversas Unidades de Negócios do Grupo Empresarial, criando, assim, lastro de cadastro compatível com o perfil específico de negócios realizados pelo Banco. Este aspecto permite à Instituição ter elementos históricos de comportamento de crédito de clientes em potencial. As políticas ainda estabelecem regras definidas e aprovadas e abrangem entre outros, os seguintes aspectos: informações cadastrais, comprometimento de renda, capacidade de pagamento, produto, prazo, percentual de entrada, garantia, análise julgamental, régua e ações de cobrança.

METODOLOGIA

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito prevê:

- ✓ Análises de crédito baseada em credit score e julgamental;
- ✓ Estabelecimento de limites;
- ✓ Sistemas de avaliação da evolução da carteira de crédito;
- ✓ Regras e procedimentos para recuperação de crédito;
- ✓ Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito e a adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela legislação;
- ✓ Análise quinzenal dos maiores clientes;
- ✓ Testes de estresse da carteira de crédito.

MONITORAMENTO

A avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita, ainda, a definição de regras de monitoramento de risco de crédito diferenciadas em função das características dos clientes, produtos e garantias da operação. Para controle e gerenciamento de risco de crédito são consideradas, principalmente, a qualidade (classificação e avaliação dos clientes) e a composição e concentração da carteira (por cliente, grupo econômico, região de atuação, setor de atividade, produto, maiores devedores, safra entre outros).

O monitoramento atua na mitigação do risco de crédito, por meio do acompanhamento dos indicadores de inadimplência, comprometimento junto ao mercado e da identificação de novos componentes que ofereçam riscos, bem como o monitoramento dos maiores riscos e o nível de provisionamento para a adequada cobertura das perdas esperadas e inesperadas.

Além disso, há o acompanhamento de oscilações de Saldo Devedor x índice de inadimplência, evolução no tempo sobre este último x valor tomado no mercado, além de acompanhar a classificação de risco baseada em proximidade de valores financiados e comprometimento no mercado. Eles permitem uma noção mais abrangente de condições passíveis de manutenção de monitoramento ou de medidas assecuratórias do crédito, que podem passar por análise de novas garantias, abordagem pré-renegociação ou limitação de novas concessões.

São realizados testes de estresse para análise do comportamento da carteira em situações extremas, considerando a definição dos “cenários de crise” de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

Os resultados gerados pelo teste de estresse são avaliados pela diretoria, e se for o caso, o Banco poderá revisar sua política de concessão de crédito ou contingenciar linhas de negócios.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Crédito (GRC) e do conjunto de Políticas Internas, de forma a subsidiar a Área de Riscos e Controles Internos com as informações e os indicadores necessários para a eficaz gestão do risco de crédito do Banco.

A manutenção de sistemas, modelos e procedimentos de concessão de crédito são continuamente revisadas, buscando aprimorar a qualidade das informações e o aperfeiçoamento dos processos.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Em conformidade com o artigo 7º da Circular 3.678/2013 do Banco Central do Brasil, apresentamos as informações relativas às exposições ao risco de crédito:

Valor Total das Exposições e Valor da Exposição Média no Trimestre - Por Tipo de Exposição	
Valores em R\$ Milhões	Mar/2015
PF – Consignado	7.980
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	375.794
PF - Financiamento Habitacional	39.013
PF – Outros	15.693
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	805.761
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	106.133
PJ - Financiamento Habitacional	298.262
PJ - Outros	9.649
Total da Exposição da Carteira	1.658.285
Exposição média do Trimestre	1.676.121

Maiores Clientes em Relação à Carteira	
Percentual de Exposição	Mar/2015
10 Maiores Devedores	6,68%
100 Maiores Devedores	30,20%

Distribuição do Tipo de Exposição por Região Geográfica – 31/03/2015					
Valores em R\$ Milhões	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste
PF – Consignado	954	199	1.058	1.207	4.562
PF – Veículos e Arrendamento Mercantil	38.364	9.009	81.517	79.263	167.641
PF – Financiamento Habitacional	962	4.541	287	5.310	27.913
PF – Outros	1.699	3.287	505	986	9.217
PJ – Veículos e Arrendamento Mercantil	115.615	35.797	173.868	216.210	264.271
PJ – Capital de Giro, Desc. de Títulos e Conta Garantida	7.583	22.744	3.615	4.756	67.435
PJ - Financiamento Habitacional	96.835	61.437	8.899	23.587	107.504
PJ - Outros	1.070	129	2.912	2.324	3.213
Total	263.082	137.143	272.661	333.643	651.756

Distribuição por Setor Econômico e Tipo de Exposição – 31/03/2015						
Setor Econômico - Valores em R\$ Milhões	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Físicas	Habitação
PF - Consignado		-	-	-	7.980	-
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil		-	-	-	375.794	-
PF - Financiamento Habitacional		-	-	-	39.013	-
PF - Outros		-	-	-	15.693	-
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	62.803	307.978	10.077	424.781	-	122
PJ - Capital de Giro, Desc. Títulos e Conta Garantida	9.053	24.465	-	59.187	-	13.428
PJ - Financiamento Habitacional	-	-	-	-	-	298.262
PJ - Outros	460	3.512	94	5.583	-	-
Total Por Setor Econômico	72.316	335.955	10.171	489.551	438.480	311.812

Prazo a Decorrer das Operações - Por Tipo de Exposição - 31/03/2015

Valores em R\$ Milhões	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
PF - Consignado	2.377	1.865	3.364	0
PF - Financiamento Habitacional	6.552	5.963	23.292	382
PF - Outros	3.462	2.784	7.770	1.339
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	107.750	86.422	174.804	49
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	31.662	17.989	52.495	2.977
PJ - Financiamento Habitacional	77.786	118.204	97.752	0
PJ - Outros	1.999	1.696	5.817	1
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	166.281	145.387	481.256	92
Total	397.869	380.310	846.550	4.840

Distribuição por Faixa de Atraso - Por Setor Econômico - 31/03/2015

Valores em R\$ Milhões	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Indústria	421	26	41	-	-
Comércio	3.140	398	748	494	61
Habitação	4.519	-	-	-	-
Rural	41	-	-	-	-
Outros	4.958	1.225	1.191	715	432
Físicas	5.275	949	1.691	2.212	178
Total	18.354	2.598	3.671	3.421	671

Distribuição por Faixa de Atraso - Por Região - 31/03/2015					
Valores em R\$ Milhões	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Norte	2.606	340	446	280	53
Nordeste	1.283	188	286	228	74
Centro-Oeste	2.958	523	658	355	9
Sudeste	6.391	1.180	2.168	2.252	517
Sul	5.116	367	113	306	18
Total	18.354	2.598	3.671	3.421	671

Operações Baixadas para Prejuízo no Trimestre – 31/03/2015						
Valores em R\$ Milhões	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação
Operações baixadas para prejuízo	105	1.652	-	2.858	3.946	-

Montante de Provisões para Perdas no Trimestre por Setor Econômico - 31/03/2015						
Valores em R\$ Milhões	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação
Saldo Inicial - Dez/2014	822	6.958	121	13.152	17.111	192
Constituição Provisão	-211	986	- 19	3.689	2.999	24
Baixas para prejuízo	-105	- 1.652	-	- 2.858	- 3.946	-
Saldo Final Provisão - Mar/2015	506	6.292	102	13.983	16.164	216

Valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas:

Risco de Crédito da Contraparte	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Com atuação de câmaras	4.897
Sem atuação de câmaras	2.146

Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação.

Risco de Crédito da Contraparte	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Valor positivo bruto dos contratos	474.293

RISCO DE MERCADO

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.464 do Banco Central do Brasil, define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, nas operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

POLÍTICA

O Banco Rodobens adota como estratégia de “*funding*” a diversificação de fontes e produtos de captação e volume necessário para suprir o saldo de suas operações ativas, mantendo sempre caixa livre disponível no máximo entre 50% do PL (exceto investimento em coligadas) e 50% do Caixa do Grupo, obedecendo à política de limites de descasamento aprovadas pelo Comitê de Gestão.

A estratégia de “*funding*” é aprovada pelo Comitê de Gestão.

O relacionamento com Instituições Financeiras obedece às diretrizes corporativas que aprovam o “*rating*” mínimo necessário para manutenção de operações ativas e passivas, pautada também na política de longo prazo.

LIMITES OPERACIONAIS

O estabelecimento de limites de risco tem por finalidade limitar as operações, onde se tem um conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco e para garantir a alocação de capital. Sempre que ocorrer a extrapolação de limite é convocado o Comitê de Gestão a fim de verificar os motivos da ocorrência e a adoção de medidas cabíveis.

METODOLOGIA

O Banco Rodobens adotou um conjunto de metodologias de análise de sensibilidade, discriminado abaixo, para avaliar o risco de mercado:

- ✓ **Cálculo do VaR** (*Value at Risk* ou Valor em Risco): valor que representa a perda esperada durante um certo intervalo de tempo, sob condições normais de mercado com um grau de confiança considerado adequado.

- ✓ **Descasamento de Ativos e Passivos**: os ativos e passivos são marcados a mercado (*Mark-to-Market*) por carteira e indexador pelos respectivos prazos de duração.

- ✓ **Simulação do Cenário de Stress** (*stress test*): realizado para estimar possíveis perdas no capital da Instituição (patrimônio) em situações extremas de mercado ou volatilidade. São utilizados como premissas para o cenário de simulação as políticas e limites internos para exposição ao risco, sendo as variáveis para cálculo do *VaR* os parâmetros fornecidos pelo Bacen, cenários de liquidez e cenários de inadimplência.
- ✓ **Análise de Sensibilidade**: comportamento da carteira do Banco em caso de alteração nas curvas das taxas de juros de cada fator de risco.

O **VaR** e o **Stress Test** são ferramentas complementares para avaliação de risco de mercado: o primeiro reflete o “risco cotidiano” e o segundo reflete o “risco em uma situação de crise”.

EXPOSIÇÃO A RISCOS

O risco de mercado compatível com a natureza das operações do Banco está relacionado à flutuação de taxas de juros em função de mudanças de cenário econômico.

As exposições são controladas através da gestão dos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros.

MONITORAMENTO

O monitoramento das operações e posições sujeitas a risco de mercado é realizado através da mensuração do Valor em Risco (*VaR*) das carteiras, possibilitando a adequação da exposição a níveis aceitáveis. São apresentados relatórios de descasamento de ativos e passivos, permitindo o controle dos limites de concentração nos respectivos mercados no qual o Banco mantém posições.

Os prazos, moedas e os diferentes mercados são avaliados e monitorados diariamente para garantir aderência aos limites estabelecidos.

O Banco estabeleceu o limite do Var em 2% do Patrimônio Líquido, com acompanhamento diário, através da comparação Var X Limite, e quando identificado aproximação ou extrapolação dos limites definidos, a Área de Riscos e Controles Internos aciona a Administração para tomada de decisão.

A Área de Riscos e Controles Internos disponibiliza relatórios gerenciais periódicos de controles das exposições à Diretoria e realiza diariamente o monitoramento dos limites operacionais e as posições assumidas pela Tesouraria.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE MERCADO

Os testes de estresse são realizados periodicamente através do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (SGRM) considerando “cenários de crise” definidos pela Diretoria de forma a verificar o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado e do conjunto de Políticas Internas, visando garantir o adequado monitoramento das posições detidas pelo Banco e o célere reporte à Administração.

RISCO DE LIQUIDEZ

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 4.090 do Banco Central do Brasil, define-se risco de liquidez como:

(I) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

(II) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

LIMITES

O Banco Rodobens estabelece “limite mínimo” de caixa, que visa proporcionar maior conforto para a administração da liquidez e conseqüentemente garantir a capacidade de pagamento dos compromissos.

Caso seja observada condição de não conformidade dos fluxos projetados com a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e seja detectada dificuldade de adequação desses fluxos às diretrizes estabelecidas, o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) é imediatamente acionado para definir as medidas necessárias ao reenquadramento do caixa.

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco liquidez, aprovada e revisada anualmente apresenta as diretrizes para o processo decisório para a administração do risco de liquidez:

- ✓ Apuração e acompanhamento diário do risco de liquidez;
- ✓ Definição e acompanhamento de estratégias de diversificação das fontes e prazos de captação;
- ✓ Estabelecimento de limites, de curto e de longo prazo;
- ✓ Realização periódica de testes de estresse;
- ✓ Definição de plano de contingência de liquidez, com os procedimentos e instrumentos para fazer frente às situações de estresse.

MONITORAMENTO

O monitoramento do risco de liquidez observa os seguintes princípios e metodologias:

- ✓ Cumprimento da legislação em vigor e das políticas de risco, e utilização das boas práticas bancárias, ética e boa conduta;
- ✓ Acompanhamento diário do fluxo de caixa projetado, para monitorar o comportamento dos ativos e passivos no decorrer dos fluxos de vencimentos, tendo assim, uma visão gerencial de possíveis descasamentos futuros e a aderência da política de Caixa com as operações do Banco;
- ✓ Limite Mínimo de Caixa para garantir o pagamento das obrigações do Banco;
- ✓ Fluxo de Caixa Estressado, onde são aplicados cenários de estresse que envolvem antecipações (resgate antecipado), atrasos e perdas em operações e renovações de operações;
- ✓ Avaliação diária das operações da carteira, com acompanhamento detalhado das projeções de fluxo de caixa até 252 dias úteis;
- ✓ Acompanhamento diário das liquidações de contas a receber;
- ✓ Acompanhamento sistemático das operações a fim de evitar descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações;
- ✓ Definição de políticas de contingência e planejamento de liquidez;
- ✓ Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomadas de decisões.

A projeção do fluxo de caixa de baseia nos seguintes componentes:

- ✓ Previsão de valores a receber em carteira;
- ✓ Projeção do desembolso com novas operações;
- ✓ Despesas administrativas e impostos, conforme orçamento;
- ✓ Saldo dos recursos aplicados;
- ✓ Saldo dos recursos à vista;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ✓ Fluxo de novas captações no mercado;
- ✓ Fluxo de vencimento das operações passivas;
- ✓ Compulsório sobre recursos à vista.

O monitoramento do caixa é realizado diariamente considerando as datas de pagamentos e recebimentos e os valores de todos ativos e passivos, referente a cada prazo. O processo de monitoramento é feito em tempo real para as transações do SPB (da Abertura ao Fechamento do Caixa) e com isso, todos os destaques de movimentação de ativos e passivos ocorridos durante o dia são reportados à Alta Administração.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência do Banco Rodobens prevê alternativas que devem ser aplicadas quando da ocorrência de situação de estresse de liquidez e os efeitos positivos pela aplicação do Plano de Contingência devem ser suficientes para o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

As alternativas serão priorizadas em função do momento do mercado ou em função do perfil da carteira de ativos, sendo as principais ações a serem tomadas em estresse de liquidez:

- ✓ **Primárias:** utilização de limites pré-aprovados para captação de novos recursos, limitação de concessão ou renovação de operações de crédito e/ou aumento do volume de captações junto a empresas ligadas.
- ✓ **Secundárias:** Ceder créditos, estruturar securitização de recebíveis, utilizar linhas com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e/ou obter aporte financeiro dos acionistas.

SISTEMA

A estrutura de gerenciamento de risco tem apoio do Sistema de Gerenciamento de Risco de Mercado (RM) e do conjunto de Políticas Internas, visando garantir o adequado monitoramento dos limites estabelecidos e o célere reporte à Administração.

RISCO OPERACIONAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiências em contratos firmados pelo Banco Rodobens, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Rodobens.

POLÍTICA

A política de gerenciamento do risco operacional, aprovada e revisada anualmente, estabelece as diretrizes e o modelo de gestão para a mensuração e administração dos riscos operacionais, bem como a estrutura e definição de responsabilidades de todos os níveis da organização.

EVENTOS DE RISCO OPERACIONAL

Os eventos de risco operacional são agrupados em oito níveis:

- ✓ Fraude interna;
- ✓ Fraude externa;
- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ✓ Interrupção das atividades da instituição;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para gestão do risco operacional envolve as seguintes fases:

- ✓ Mapeamento dos processos, riscos e controles;
- ✓ Classificação do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos mapeados;
- ✓ Classificação da efetividade e maturidade dos controles mapeados;
- ✓ Avaliação e mensuração dos riscos identificados;
- ✓ Monitoramento de Planos de Ação e sua efetividade;
- ✓ Registro e análise de ocorrência de não conformidades;
- ✓ Registro e análise de eventos de perdas contabilizadas.

ALOCAÇÃO DE CAPITAL

O Banco Rodobens utiliza para apuração da parcela de capital para cobertura de Risco Operacional a metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa”, prevista no artigo 1º da Circular 3.640, de 04/03/2013.

MONITORAMENTO

O monitoramento dos riscos relativo às atividades dos processos operacionais visa garantir que:

- ✓ Os riscos operacionais associados as suas atividades sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração;
- ✓ A estrutura de controles internos seja permanentemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, de forma a manter a sua adequação ao cenário atual;
- ✓ A implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional está pautado em avaliações preventivas e corretivas em processos e na análise de eventos de perdas potenciais e/ou materializados, visando identificar o nível de exposição aos riscos e a aplicação de medidas mitigatórias, considerando-se o fator humano, processos, sistemas e eventos externos.

SISTEMA

A Gestão de Risco Operacional está apoiada pelo Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional (SGRO) adequado ao volume e complexidade dos negócios do Banco Rodobens.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.988, do Banco Central do Brasil, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição e (iv) adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

O Banco Rodobens possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

O gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações, através de processos consistentes que apontam o perfil do risco e o correspondente consumo de capital.

São considerados no gerenciamento de capital os seguintes aspectos: cenário econômico, fatos relevantes, ameaças e oportunidades, ambiente regulatório, condições mercadológicas, metas de crescimento e de participação do mercado, fontes de capital, projeções de crescimento da carteira, das receitas e das despesas que visam monitorar as necessidades de capital frente aos riscos de exposição.

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Apresentamos o detalhamento das informações referentes à evolução do Patrimônio de Referência (PR):

Detalhamento do PR - Conglomerado Prudencial	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Patrimônio de Referência	927.183
Patrimônio de Referência Nível I	927.183
Patrimônio Líquido	895.550
(-) Ativo Permanente Diferido	2

DETALHAMENTO DO MONTANTE DE ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)

Apresentamos a evolução dos ativos ponderados pelo risco RWA (Risk Weighted Assets) do Conglomerado Financeiro:

Risco Operacional	
Abordagem Padronizada Alternativa	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Varejo	67.415
Total da Parcela RWA OPAD	67.415
Montante RWA	3.494.207
Patrimônio de Referência Exigido	384.363
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking	62.899

RWA - Conglomerado Prudencial	
Risco de Crédito	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
FPR de 20%	367
FPR de 35%	-
FPR de 50%	-
FPR de 75%	-
FPR de 85%	-
FPR de 100%	2.583.736
FPR de 150%	-
FPR de 250%	839.018
FPR de 300%	-
FPR de 1.250%	-
FPR de -100%	-
Total Parcela RWA CPAD	3.423.121

Risco de Mercado	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Parcela PJUR (1) – Juros Pré-Fixados	3.671
Total Parcela RWA MPAD	3.671

SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

A avaliação da suficiência de capital praticada pelo Banco Rodobens tem por objetivo assegurar capital para apoiar o desenvolvimento das suas atividades. O gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico que considera possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atuamos.

A suficiência de capital do Banco Rodobens é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basileia que neste período foi de 26,53%, sendo que para os índices considerando o Capital Nível I e Capital Principal os valores foram de 26,53%.

Conglomerado Prudencial	
Valores em R\$ Milhares	Mar/2015
Patrimônio de Referência (PR)	927.183
Patrimônio de Referência - Nível I	927.183
Capital Principal	927.183
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	384.363
Margem	479.921
Índice de Basileia (art. 6º - inciso VI)	26,53%
Índice de Nível I (art. 6º - inciso VII)	26,53%
Índice de Capital Principal (art. 6º - inciso VIII)	26,53%